



LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
FUNDAMENTOS DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS)	5
Terminologias	5
Concepções de surdez	6
Cultura surda	7
Identidade surda.....	8
Abordagens educacionais	12
O tradutor e intérprete de língua de sinais (TILS)	17
Tipos de discurso.....	22
Código de Ética	22
O futuro profissional do tradutor e intérprete de língua de sinais	24
Legislação inclusiva	26
Documentação internacional inclusiva	26
Legislação inclusiva brasileira	26
Legislação para a inclusão de surdos	28
Lei Libras: conquista histórica	28
ASPECTOS LINGÜÍSTICOS DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS)	31
Iconicidade e arbitrariedade	37
Variações linguísticas.....	38
Fonologia da Língua Brasileira de Sinais.....	41
Morfologia Da Língua Brasileira De Sinais.....	43
LIBRAS COMO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO SOCIAL	47
CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
Referências	55

INTRODUÇÃO

Para Góes (1999), aprender uma língua significa atribuir significações ao mundo por meio de uma linguagem, assim sendo, uma criança surda que vive numa sociedade de maioria ouvinte deve buscar outra linguagem para comunicação, já que para os ouvintes a fala é o modo hegemônico de comunicação. Assim, cria-se uma via de mão dupla: os surdos aprendem como a sua primeira língua a língua de sinais da sua comunidade, logo, a sua segunda língua será a escrita da língua onde vivem. Por sua vez, os ouvintes têm como primeira língua a língua falada e escrita pela sua comunidade, já a língua de sinais pode tornar-se a sua segunda língua, se assim desejarem. E essa coexistência pode ser saudável para a sociedade.

O campo de conhecimento que propõe o estudo da linguagem tem gerado muito debate, pois vários autores têm discutido a respeito da surdez, Libras e do ensino da Língua Portuguesa para surdos. Cabe ressaltar, no entanto, que não há consenso entre os autores.

Um aspecto a ser considerado é que a linguagem humana pertence a todo ser humano, ou seja, no convívio de uma comunidade, os indivíduos aprendem a sua língua, e esta linguagem é fundamental para a socialização da criança, já que é um instrumento importante para a comunicação, que ocorre de diversos modos: fala, escrita, gestos, expressões faciais etc. Portanto, para o indivíduo surdo, a língua de sinais é uma linguagem primordial para seu convívio em sociedade, no caso brasileiro, esta língua de sinais foi consolidada na Libras (Língua Brasileira de Sinais).

Dessa forma, a presente disciplina aspectos da surdez e suas relações com a Libras e a Língua Portuguesa, buscando conhecer o processo histórico que construiu esses conceitos, e como atualmente são definidas e caracterizadas, assim como a aquisição dessas línguas pelos surdos e ouvintes.

FUNDAMENTOS DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS)

Terminologias

Antes de iniciarmos os estudos linguísticos da Língua Brasileira de Sinais (Libras), vamos abordar os conteúdos teóricos relacionados aos aspectos culturais e educacionais dos surdos, a fim de que possamos compreender o sujeito surdo dotado de subjetividades que compõem a identidade surda.

Iniciaremos pelas terminologias. Sasaki (2002) afirma que “os termos são considerados corretos em função de certos valores e conceitos vigentes em cada sociedade e em cada época”, o exemplo disso é a terminologia usada para as pessoas com deficiência. Desde a Constituição Federal de 1988 que as pessoas se reportam a esse grupo como “Portadores de Deficiência”, anos depois, passou a serem chamados “Portadores de Necessidades Especiais”, como registrado na primeira versão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, e, em 2013 o termo mudou para “educandos com deficiência”, já que se trata de um documento educacional. A partir da Lei Brasileira de Inclusão (Nº 13.146/15), o termo utilizado é “Pessoa com Deficiência”.

Quanto aos surdos, há três termos comumente utilizados erroneamente como sinônimos. O primeiro deles é a expressão “surdo-mudo”. Essa expressão indica duas especificidades distintas; a surdez – disfunção/limitação no aparelho auditivo e a mudez – disfunção/limitação no aparelho fonoarticulatório, sendo assim, esse termo atribui ao surdo uma característica adicional, que ele não tem, como se a surdez estivesse indubitavelmente atrelada a uma disfunção no aparelho fonoarticulatório, o que é uma inverdade.

Estudiosos comprovaram que o aparelho fonoarticulatório dos surdos funciona do mesmo jeito que o dos ouvintes, com raras exceções, e que, seria errado atribuir essa nomenclatura a esse grupo, e os surdos oralizados comprovam esse fato.

As outras duas terminologias indicam que podemos considerar o sujeito surdo partindo de duas definições distintas, uma clínica (pessoas com deficiência auditiva) e a outra socioantropológica (surdos). Em termos legais, “considera-se deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais,

aferida por audiograma (...)” e “considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais – Libras” (Decreto 5.626/05 – Capítulo I).

Concepções de surdez

As pesquisas indicam que os termos representam duas visões diferentes do sujeito. A mais utilizada delas, tanto no âmbito terapêutico e de saúde, quanto (ainda) no meio educacional, é a visão patológica e reabilitadora, representada pelo termo Pessoa com deficiência Auditiva, que denota a necessidade de normalização, de ajuste do sujeito para o tornar o mais ‘normal’ possível.

Os que defendem essa abordagem acreditam que o surdo não deve ter contato com a língua de sinais, já que esse contato com essa língua, na concepção deles, trará prejuízo no seu aprendizado da língua portuguesa, e é daí que surge o uso impreterível da oralização em detrimento da língua de sinais, defendido, inclusive, no Congresso de Milão em setembro 1800, quando foi proibido o uso das línguas de sinais pelas comunidades surdas em todo o mundo.

Já a abordagem socioantropológica, segundo Cordeiro (2014, p. 37):

“compreende a surdez como uma possibilidade diferente de viver, através de experiências visuais, construindo sua identidade assentada principalmente nesta diferença, levando este sujeito a se utilizar de estratégias cognitivas e de manifestações comportamentais e culturais visuais distintas das pessoas ouvintes”.

Na visão socioantropológica o surdo é reconhecido pelo que ele é, e pela sua subjetividade enquanto sujeito único pertencente a um grupo social que tem características próprias culturais e identitárias, que devem ser respeitadas e (re) conhecidas por toda sociedade, evitando assim os estereótipos, preconceitos e discriminações.

Quando compreendemos essas duas concepções sobre a surdez, entendemos a diferença entre os dois termos e podemos identificar as possibilidades naturais dos surdos em aprender e em se desenvolver social e educacionalmente, deixando de ser a surdez um impedimento para interação.

Cultura surda

O conceito de cultura é muito complexo e por isso amplamente discutido pelos estudiosos da área. Em meio a tantos conceitos, vamos ficar, portanto, com o primeiro conceito trazido pelo Dicionário de Conceitos Históricos (Silva, 2009, p. 85), que afirma que:

(...) cultura abrange todas as realizações materiais e os aspectos espirituais de um povo. Ou seja, em outras palavras, cultura é tudo aquilo produzido pela humanidade, seja no plano concreto ou no plano imaterial, desde artefatos e objetos até ideias e crenças. Cultura é todo complexo de conhecimentos e toda habilidade humana empregada socialmente. Além disso, é também todo comportamento aprendido, de modo independente da questão biológica.

Sendo assim, não há pessoa que não tenha cultura, como também não deveria haver hierarquização de cultura, mas um multiculturalismo. Entretanto, Skliar (1998, p.01) adverte que, em relação ao ouvinte e ao surdo, há uma supremacia daquele sobre este, ou seja, a cultura ouvinte se sobrepõe a cultura surda e por isso tem um valor maior, conseqüentemente desvalorizando os aspectos culturais da surdez, que “se diferencia da cultura dos ouvintes por meio de valores, estilos, atitudes e práticas diferentes”.

Os surdos têm cultura diferenciada da dos ouvintes, já que possuem uma percepção diferenciada do mundo, sem o sentido da audição e a principal característica dessa diferença é o uso de uma outra língua, no caso do Brasil, a Língua Brasileira de Sinais. Tavares (2006, p. 37) explica que língua e cultura são indissociáveis, ou seja, “uma não existe sem a outra.”

A cultura surda é compartilhada por um grupo, que denominamos “comunidade surda” e dela fazem parte surdos e ouvintes, todos os que partilham de metas comuns como bem define Strobel (2008, p. 30 - 31):

[...] uma cultura é um conjunto de comportamentos apreendidos de um grupo de pessoas que possuem sua própria língua, valores, regras de comportamento e tradições; uma comunidade é um sistema social geral, no qual um grupo de pessoas vivem juntas, compartilham metas comuns e partilham certas responsabilidades umas com as outras.

Para muitos ouvintes ser surdo é apenas não ouvir, pois não compreendem a dimensão das experiências visuais de um sujeito que não ouve. Mas não é só isso. Para Sá (2006, p. 65) a surdez é um traço cultural, e a língua de sinais “um elemento significativo para essa definição” e, portanto, o surdo “constrói sua identidade

calcada principalmente nesta diferença, utilizando-se de estratégias cognitivas e de manifestações comportamentais culturais diferentes das pessoas que ouvem” (p. 67).

No livro “Como é ser surdo”¹, a autora Vera Strnadová, nos dá uma visão ampliada sobre a vivência do surdo na sociedade, pois revela que o “único motivo para escrever este pequeno livro foi o desejo de ajudar as pessoas ouvintes a imaginar a vida e os sentimentos de uma pessoa que vive num mundo sem os sons” (Strnadová, 2000, p. 12).

Identidade surda

Identidade, por sua vez, também é um conceito amplo e de variadas significações dependendo do autor e da época histórica em que é discutido. A identidade cultural é uma forma de identificação de uma nação, ainda que cada um tenha sua própria identidade (HALL, 1997). Perlin (1998, p. 52) afirma que há “Identidades plurais, múltiplas; que se transformam, que não são fixas, imóveis, estáticas ou permanentes, que podem até mesmo ser contraditórias”.

A pesquisadora surda considera que:

As identidades surdas são construídas dentro das representações possíveis da cultura surda, elas moldam-se de acordo com maior ou menor receptividade cultural assumida pelo sujeito. E dentro dessa receptividade cultural, também surge aquela luta política ou consciência oposicional pela qual o indivíduo representa a si mesmo, se defende da homogeneização, dos aspectos que o tornam corpo menos habitável, da sensação de invalidez, de inclusão entre os deficientes (sic), de menos valia social”. (PERLIN, 2004, p. 77-78).

- Diante dessa consideração, Perlin (1998) classifica as identidades surdas em sete grupos, a partir de observações das diferenças do modo de vida desses sujeitos. Abaixo identificamos cada grupo identitário e expomos as características apontadas pela autora (em itálico) sobre cada classificação:
- Identidade Surda (pura) – Essa identidade é percebida nos sujeitos que se auto identificam puramente como surdos e assumem uma luta política por sua comunidade.

¹ Sugestão de leitura para ampliação do entendimento de como se processa a vivência do surdo.

- Possuem a experiência visual que determina formas de comportamento, cultura, língua, etc.;
- Carregam consigo a Língua de Sinais. Usam sinais sempre, pois é sua forma de expressão. Eles têm um costume bastante presente que os diferencia dos ouvintes e que caracteriza a diferença Surda: a captação da mensagem é visual e não auditiva. O envio de mensagem não usa o aparelho fonador, usa as mãos;
- Aceitam-se como surdos, sabem que são surdos e assumem um comportamento de pessoas surdas. Entram facilmente na política com identidade surda, onde impera a diferença: necessidade de intérpretes, de educação diferenciada, de Língua de Sinais, etc.;
- Passa aos outros surdos sua cultura, sua forma de ser diferente;
- Assumem uma posição de resistência;
- Assumem uma posição que avançam em busca de delimitação da identidade cultural;
- Assimilam pouco, ou não conseguem assimilar a ordem da língua falada, têm dificuldade de entendê-la;
- Decodificam todas as mensagens recebidas em Língua de Sinais;
- A escrita obedece à estrutura da Língua de Sinais, pode igualar-se a língua escrita, com reservas;
- Têm suas comunidades, associações, e/ou órgãos representativos e compartilham entre si suas dificuldades, aparições, utopias;
- Usam tecnologia diferenciada: legenda e Sinais na TV, telefone especial, campanha luminosa;
- Têm uma diferente forma de relacionar-se com as pessoas e mesmo com animais;
- Esta identidade assume características bastante diferenciadas e é preciso lembrar aqui que, por exemplo: a identidade Surda genealógica traz sinais vividos e provados durante gerações.

2) Identidades Surdas Híbridas – É inerente ao grupo de sujeitos que não nasceram surdos, mas perderam sua audição por algum motivo depois de adquirir a língua oral e então, têm características ainda da cultura ouvinte, mas também demonstram traços da cultura surda.

- Dependendo da idade em que a surdez chegou, conhecem a estrutura do Português falado, decodificam a mensagem em Português e o envio ou a captação da mensagem vez ou outra e na forma da língua oral;
- Usam língua oral ou língua de sinais para captar a mensagem. Esta identidade também é bastante diferenciada, alguns não usam mais a língua oral e outros usam Sinais sempre;
- Assumem um comportamento de pessoas surdas. Ex.: política da identidade surda usa tecnologia para surdos...;
- Convivem pacificamente com as identidades surdas;

3) Identidades Surdas Flutuantes – São surdos que conservam a cultura ouvinte ainda dominante por não terem contato constante com a comunidade surda. Estes possuem características particulares:

Seguem a representação da identidade ouvinte;

Estão em dependência no mundo dos ouvintes, seguem os seus princípios e os respeita como ouvintes, competindo com os mesmos, induzidos no modelo da identidade ouvinte;

- Não participam da comunidade surda, associações e lutas políticas;
- Desconhecem ou rejeitam a presença do intérprete de língua de sinais;
- Orgulham-se de saber falar “corretamente”;
- Demonstram resistências à língua de sinais e a cultura surda visto que isto, para eles, representa estereótipo;
- Não conseguiram identificar-se como surdos, sentem-se sempre inferiores aos ouvintes: isto pode causar muitas vezes depressão, fuga, suicídios, acusação aos outros surdos, competição com ouvintes, há alguns que vivem na angústia no desejo contínuo de serem ouvintes;
- São as vítimas da ideologia oralista, da inclusão, da educação clínica, do preconceito e do preconceito da surdez;
- São surdos. Quer ouçam algum som, quer não ouçam persistem em usar aparelhos auriculares e não usam tecnologia dos surdos;
- Estas identidades surdas flutuantes também apresentam divisões; por exemplo: aqueles que têm contato com a comunidade surda, mas rejeitam-na, os que jamais tiveram contato, etc.

4) Identidade Surda Embaçada – Estes, apesar de serem surdos, vivem dominados pela cultura ouvinte e negam as representações surdas, não se envolvendo em nada que diz respeito à comunidade.

- Esta identidade não consegue captar a representação da identidade surda, nem da identidade ouvinte como fazem os flutuantes;
- Sua comunicação é por alguns sinais incompreensíveis às vezes;
- Não têm condições de dizer onde mora, seu nome, sua idade, etc...;
- Não têm condições de usar língua de sinais, não lhe foi ensinada, nem teve contato com a mesma;
- São pessoas vistas como incapacitadas;
- Neste ponto, ouvintes determinam seus comportamentos, vida e aprendizados;
- É uma situação de deficiência, de incapacidade, de inércia, de revolta;
- Existem casos de aprisionamento de surdos na família, seja estereótipo ou pelo preconceito, fazendo com que alguns surdos se tornem embaçados.

5) Identidades Surdas De Transição – Esse grupo é formado por sujeitos surdos que ou viveram longe da comunidade surda por questões adversas ou se afastaram desse convívio e, portanto, podem reconhecer sua subjetividade.

- Vivem no momento trânsito entre uma identidade para outra;
- Se a aquisição da cultura surda não se dá na infância, normalmente a maioria dos surdos precisa passar por este momento de transição, visto que grande parte deles filhos de pais ouvintes;
- No momento em que esses surdos conseguem contato com a comunidade surda, a situação muda e eles passam pela des-ouvintização, ou seja, rejeição da representação da identidade ouvinte;
- Embora passando por essa des-ouvintização, os surdos ficam sequelas da representação, o que fica evidenciado em sua identidade em construção;
- Há uma passagem da comunicação visual/oral para a comunicação visual/sinalizada;
- Para os surdos em transição para a representação ouvinte, ou seja, a identidade flutuante se dá o contrário.

6) Identidades Surdas Diáspora – Essa definição remete à sujeitos surdos que se deslocaram de uma comunidade para outra, seja por mudança de país ou apenas de grupo étnico (mudança de Estado), ou seja, mudam de identificação grupal: surdo brasileiro, surdo nordestino, surdo urbano, etc. Esses diferem do grupo onde chegaram pelas identidades étnicas serem muito marcadas.

7) Identidades Intermediárias – Esse grupo se diferencia dos outros, pois não tem sua vivência marcada totalmente pela visualização. São geralmente os surdos que têm resquícios de audição. São surdos e se identificam como surdos, mas se utilizam de recursos ouvintes para estar no mundo.

- Apresentam alguma porcentagem de surdez, mas levam uma vida de ouvintes;
- Para estes são de importância os aparelhos de audição, de aumento de som;
- Assume importância para eles o treinamento do oral, o resgate dos restos auditivos;
- Busca de amplificadores de som;
- Não uso de intérpretes de cultura surda, de língua de sinais, etc;
- Quando presente na comunidade surda, geralmente se posiciona contra uso de intérpretes ou considera o surdo como menos dotado e não entende a necessidade de língua de sinais de intérpretes;
- Tem dificuldades de encontrar sua identidade visto que não é surdo nem ouvinte.

Abordagens educacionais

Para compreendermos as abordagens usadas na educação dos surdos, é imprescindível que façamos uma retomada histórica para conhecermos assim, o plano de fundo contextual dessas abordagens.

O sujeito surdo é tão antigo quanto a humanidade. A Bíblia, um dos livros mais antigos do mundo, cita a presença de surdos na sociedade e da interação deles por meio da linguagem, embora não diga de que forma eles se comunicavam. Nessa época os surdos eram tidos como seres amaldiçoados, já que não eram vistos pela igreja como “imagem e semelhança de Deus”. Eram tidos como não racionais.

Os estudiosos nos contam que eram “jogados em abismos (Esparta), deixados nas praças públicas ou arenas à míngua (Atenas), atirados em rios (Roma), exterminados, abandonados, oferecidos aos deuses, conforme a cultura de cada povo” (VELOSO e MAIA FILHO, 2009 apud CORDEIRO, 2014, p. 14). Baseados nos estudos do filósofo Aristóteles, os quais enfatizavam a fala oral como a arte de persuasão, houve no império macedônico a disseminação da ideia de que sem ouvir não tem como aprender e sem falar não há como expressar o que conhece. Os gregos e romanos entendiam que os surdos se comparavam aos animais, portanto não tinham inteligência e por isso não podiam estudar, nem constituir família ou herdar o que a própria família conquistou.

O Egito era a única sociedade que enxergava de certa forma positiva a pessoa do surdo, uma vez que ele era tido como semideus. Para eles, seu silêncio era devido a não autorização para se comunicar com humanos, somente com deuses (HONORA e FRIZANCO, 2009).

Por ser um período teocêntrico, muito tempo se passou de ignorância acerca da cognição dos surdos. A igreja se interessava em promover caridade, embora apenas com surdos filhos de nobres, e a medicina tinha interesse em compreender as causas da surdez. Até que Gerolamo Cardano, no Século XVI, afirmou que os surdos eram doutrináveis, após investigar seu próprio filho surdo, e divulgar que, para ensinar conceitos aos surdos, era preciso usar imagens.

Nesse cenário, o médico Johann Conrad Amman (1669 – 1724), acreditando na capacidade do surdo oralizar, começou a estudar e desenvolveu técnicas de leitura labial e oralização. Ele era contra os surdos se comunicarem através de gestos e defendia o aperfeiçoamento dos procedimentos de leitura labial.

O monge beneditino Pedro Ponce de Leon, por sua vez, começou a observar a ‘comunicação gestual’ dos surdos e foi o primeiro a registrar o alfabeto de sinais, que embasou muitas pesquisas posteriores sobre línguas de sinais (STOKOE, 1987).

Outra personalidade muito relevante para a educação dos surdos foi o abade francês Charles Michel de L’Épée, dentre as várias minorias com quem trabalhou quando se dedicou aos estudos religiosos, os surdos chamaram sua atenção, o que lhe rendeu o título mundial de “pai dos surdos”. Ele acreditava na possibilidade de

aprendizagem do surdo através de sua forma natural de comunicação: a língua de sinais e por isso criou a primeira escola pública do mundo para Surdos, em Paris, o Instituto Nacional para Surdos-Mudos, em 1760. Seus conhecimentos foram levados para muitos países e em 1815, o professor americano Thomas Hopkins Gallaudet, maravilhado com as descobertas de L'Épée visitou seu instituto como estagiário e em seguida fundou o que hoje é a única faculdade para surdos no mundo, conhecida como Universidade Gallaudet, em Washington, (MCCLEARY, 2005).

Muitos sucederam o abade L'Épée com contribuições ímpares para o progresso dos estudos sobre educação de surdos, e durante todos esses anos, três métodos de ensino para surdos foram registrados e até hoje ainda são utilizados, em menor ou maior escala.

O Método Oral é o principal deles e ainda muito acreditado nos dias atuais. Depois que a ideia de que os surdos eram irracionais foi negada, apostaram na concepção de que eles podiam falar, e que esta era a melhor forma de se comunicarem e viver mais facilmente em sociedade. Ainda hoje muitos profissionais da saúde acreditam que este é o melhor método de instrução para os surdos, isso se deve ao “II Congresso Mundial de Surdos-Mudos”, que aconteceu em 1880, em Milão, na Itália.

Nesse congresso, onde apenas um surdo compareceu e foi “convidado” a se retirar, foi decidido quase que unanimemente que o oralismo puro seria o método mais apropriado para interação do surdo e, o resultado fatídico desta decisão foi a proibição do uso das línguas de sinais pela comunidade surda, por aproximadamente oitenta anos. Várias consequências desastrosas decorreram dessa decisão: desde advertências acerca da proibição do uso da língua de sinais a punições severas, como os surdos terem seus braços amarrados se insistissem em “gesticular”.

A tentativa de “normalização” dos surdos com a proibição do uso das línguas de sinais proporcionou a não inclusão de muitos deles na sociedade, e aqueles que não conseguiam interagir por meio de oralização eram considerados incapazes, retardados, sem ser levado em conta, no entanto, as impossibilidades biológicas do sujeito.

Quase cem anos depois do afamado Congresso de Milão, visto que as línguas de sinais em todo mundo conseguiram subsistir à tentativa de aniquilação, surge a filosofia da Comunicação Total ou Método Combinado, criado por Dorothy Shifflet e desenvolvido por Loren Roy Holcom (SÁ, 1999). De acordo com Goldfeld (1997, p. 35):

A filosofia da Comunicação Total tem como principal preocupação os processos comunicativos entre surdos e surdos, e entre surdos e ouvintes. Essa filosofia também se preocupa com a aprendizagem da língua oral pela criança surda, mas acredita que os aspectos cognitivos, emocionais e sociais, não devem ser deixados de lado em prol do aprendizado exclusivo da língua oral. Por esse motivo, esta filosofia defende a utilização de recursos espaço-visuais como facilitadores da comunicação.

O uso oficial dessa metodologia perdurou por poucos anos e fortaleceu a volta do uso das línguas de sinais, uma vez que ela causa muita confusão na comunicação por permitir o uso de qualquer recurso visual ou oral para efetivar a comunicação. Apesar disso, ainda hoje, quando não se conhece a língua de sinais, as pessoas se utilizam da comunicação total para se comunicar.

A terceira abordagem educacional voltada para o surdo é a Filosofia Bilíngue, apoiada pela maioria dos estudiosos contemporâneos, é alvo de muitas pesquisas, com inúmeras comprovações de favorecimento ao desenvolvimento educacional do surdo, já que é seu modo natural de comunicação. A educação bilíngue consiste em dar possibilidade à criança surda de aprender as duas línguas (língua de sinais e língua oral – necessariamente nessa ordem) desde a tenra idade. Como afirma Cordeiro (2014, p. 22):

Discussões iniciadas em 1986 no Brasil e, após tantas lutas e fracassos ligados aos métodos já mencionados, os surdos politizados e a comunidade de ouvintes envolvidas com as causas surdas, têm proposto a implantação do bilinguismo nas escolas regulares, que consiste em que os surdos sejam educados desde a tenra idade nas duas línguas, a sua materna, a língua de sinais, e uma segunda língua, neste caso, a Língua Portuguesa.

O bilinguismo tem sido implantado nas escolas brasileiras gradativa e lentamente, no Decreto 5.626 de 22 de Dezembro de 2005 consta que as escolas devem:

- (...) II - ofertar, obrigatoriamente, desde a educação infantil, o ensino da Libras e também da Língua Portuguesa, como segunda língua para alunos surdos;
- III - prover as escolas com:
 - a) professor de Libras ou instrutor de Libras;
 - b) tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa;
 - c) professor para o ensino de Língua Portuguesa como segunda língua para pessoas surdas; (BRASIL, 2005)

A principal e mais recente manifestação política dos surdos acerca da implantação desta categoria de ensino nas escolas brasileiras é o movimento intitulado “Setembro Azul”, que defende primordialmente a “Educação Bilíngue para Surdos” e tem esse nome em alusão à comemoração do dia do surdo em 26 de setembro.

O TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LÍNGUA DE SINAIS (TILS)

Atualmente, com o advento da difusão da Libras no Brasil é comum nos depararmos com pessoas que tiveram acesso à Libras através de um curso e já se sentem "um intérprete". Vocês verão quando começarem a estudar sua linguística, que é muito mais complexa do que imaginamos. Para ser um profissional Tradutor/Intérprete de Libras/Língua Portuguesa é exigido um longo caminho para que alcancemos o reconhecimento profissional como estudos, técnicas, formação específica, certificação de proficiência e acima de tudo experiência e conhecimento sobre cultura, identidade surda e linguística tanto da Libras como da Língua Portuguesa.

Este profissional TILS deve estudar e ser capaz de interpretar de uma dada língua de sinais para outra língua ou desta outra língua para uma determinada língua de sinais, em sua modalidade oral ou escrita (MEC, 2004), no caso do Brasil, da Libras para a Língua Portuguesa e vice-versa.

Diante de várias concepções acerca do que vem a ser ética, vamos usar o conceito mais encontrado e menos complexo para compreender essa concepção: Ética é o conjunto de princípios e normas que um grupo estabelece para seu exercício profissional (por exemplo, os códigos de ética dos médicos, dos advogados, dos psicólogos, etc.).

Assim, partimos do pressuposto que é preciso possuir critérios, valores, e, mais ainda, estabelecer relações e hierarquias entre esses valores para nortear as nossas ações em sociedade, seja na família, seja na escola, seja como profissionais ou como cidadãos comuns. Como a sociedade e seus participantes mudam constantemente, a ética termina por ser um eterno pensar, refletir e construir.

Assim como outras áreas profissionais reconhecidas, os TILS também têm seu código de ética, expresso através de um documento oficial do Ministério da Educação intitulado "O tradutor intérprete de Libras e a Língua Portuguesa", que é encarado pelos profissionais da área como seu código de conduta diante da profissão que ele escolheu realizar.

Este profissional foi reconhecido recentemente através da Lei Federal 12.319, de 1º de setembro de 2010, que trata também sobre a formação do TILS e das suas competências.

Qual a responsabilidade do intérprete quanto ao processo ensino aprendizagem do aluno?

Essa é uma das maiores dúvidas encontradas no âmbito educacional sobre a atuação do intérprete educacional. Costumamos dizer que o intérprete faz o papel do aparelho telefônico. E qual a função deste dispositivo? Apenas estabelecer conexão linguística entre um sujeito e outro numa ligação. Ele serve para transmitir o que um e outro falam e não faz interferências nessa interação. Além do intérprete educacional ter essa função de fazer a mediação ou interpretação de um código linguístico para o outro, em todas as ocasiões que se fizerem necessárias (como em sala de aula, palestra, provas, avisos entre outros), este profissional também possui uma função pedagógica, como planejar sua ação nos diversos ambientes escolares, de forma a tornar-se mais didático, participar de reuniões pedagógicas da escola, contribuir com o conselho de classe, colaborar com os professores no sentido de fornecer informações acerca do universo surdo, etc.

É necessário, no entanto, que nem o TILS e nem o professor confunda suas responsabilidades frente ao estudante surdo. O mesmo continua sendo responsabilidade do professor, como qualquer outro estudante, não importa se ele ouve ou não.

A presença do TILS em sala de aula é imprescindível para qualquer aluno surdo que se utiliza da Libras para se comunicar. Abaixo podemos observar, alguns possíveis aspectos favoráveis e desfavoráveis da presença do intérprete em sala de aula, conforme Magalhães (2013):

Aspectos Favoráveis

- O aluno surdo aprende de modo mais fácil o conteúdo de cada disciplina;
- O aluno surdo sente-se mais seguro e tem mais chances de compreender e ser compreendido;

- O processo de ensino-aprendizagem fica menos exaustivo e mais produtivo para o professor e alunos;
- O professor fica com tempo suficiente para atender todos os alunos igualmente;
- A Libras passa a ser mais divulgada e utilizada de maneira mais adequada;
- O aluno surdo tem melhores condições de desenvolver-se, favorecendo inclusive seu aprendizado da Língua Portuguesa (falada e/ou escrita).

Aspectos Desfavoráveis:

- O intérprete pode não conseguir passar o conteúdo da mesma forma que o professor está falando;
- O aluno não presta atenção às ações do professor regente, porque está atento ao intérprete;
- Há necessidade de pelo menos dois intérpretes por turma porque a atividade é exaustiva;
- Os demais alunos ouvintes podem ficar desatentos, porque se distraem olhando para o intérprete;
- O professor regente pode sentir-se constrangido em estar sendo interpretado;
- O professor não interage diretamente com o aluno.

Conforme preconiza o documento oficial que trata da profissão do TILS no Brasil (Quadros, 2004, p. 28 - 29):

Qual o papel do intérprete?

Realizar a interpretação da língua falada para a língua sinalizada e vice-versa observando os seguintes preceitos éticos:

- confiabilidade (sigilo profissional);
- imparcialidade (o intérprete deve ser neutro e não interferir com opiniões próprias);

- discricção (o intérprete deve estabelecer limites no seu envolvimento durante a atuação);
- distância profissional (o profissional intérprete e sua vida pessoal são separados);
- fidelidade (a interpretação deve ser fiel, o intérprete não pode alterar a informação por querer ajudar ou ter opiniões a respeito de algum assunto, o objetivo da interpretação é passar o que realmente foi dito).

O que acontece quando há carência de profissionais intérpretes?

Quando há carência de intérpretes de língua de sinais, a interação entre surdos e pessoas que desconhecem a língua de sinais fica prejudicada. As implicações disso são, pelo menos, as seguintes:

- os surdos não participam de vários tipos de atividades (sociais, educacionais, culturais e políticas);
- os surdos não conseguem avançar em termos educacionais;
- os surdos ficam desmotivados a participarem de encontros, reuniões, etc;
- os surdos não têm acesso às discussões e informações veiculadas na língua falada sendo, portanto, excluído da interação social, cultural e política sem direito ao exercício de sua cidadania;
- os surdos não se fazem "ouvir";
- os ouvintes que não dominam a língua de sinais não conseguem se comunicar com os surdos.

O que é possível fazer?

- investigação sobre todos os serviços de intérpretes existentes oficiais e extraoficiais;
- criação de leis sobre o direito ao serviço de intérprete reivindicando que a sociedade assuma a responsabilidade desses serviços;
- reconhecimento da profissão de intérprete;

- realização de pesquisas sobre interpretação e as condições de trabalho dos intérpretes;
- formação sistemática para os intérpretes;
- aumento de cursos de línguas de sinais;
- criação de programas para a formação de novos intérpretes;
- cursos que orientem aos surdos como e quando usarem os serviços do intérprete.

Muitas dúvidas sobre a atuação do TILS surgem no decorrer da prática com a presença dele em sala de aula. É uma situação ainda estranha aos professores que até pouco tempo exerciam sua profissão solitariamente em sala de aula. Contudo, a melhor opção é trabalhar em equipe e colaborar mutuamente pensando no progresso do processo de ensino e aprendizagem dos seus alunos surdos.

As leis e documentos oficiais internacionais e brasileiros são os registros que regulam as nossas ações. Praticamente nada é feito sem uma legislação que regulamente a ação.

No Brasil, os surdos começaram a ser escolarizados no Século XVIII com a chegada do francês René Ernest Huet, trazido por D. Pedro II. Mas apenas os surdos filhos de nobres tinham acesso ao estudo. Conforme Santos (2011, p. 29):

[...] Huet inaugurou a primeira escola de surdos, na época chamada de Imperial Instituto de Surdos-Mudos, hoje conhecida como Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES, onde alunos surdos de todo o país estudavam em regime de internato com o professor francês e quando retornavam para suas casas multiplicavam seus conhecimentos, o que tornou essa escola o berço da cultura surda e difusão da LIBRAS por todo o país.

O INES foi fundado no Rio Janeiro e funciona até os dias atuais. Desde então vemos progresso na educação de surdos que passou pela educação especial, a integradora e hoje a educação inclusiva, que abrange também a luta por escolas bilíngues e que consideram a Libras como principal língua de instrução e a Língua Portuguesa como segunda língua.

Tipos de discurso

Considerando os tipos de discurso existentes, apresentamos alguns nos quais o intérprete de língua de sinais está constantemente exposto (Callow: 1974:13):

- Narrativo - reconta uma série de eventos ordenados mais ou menos de forma cronológica;
- Persuasivo - objetiva influenciar a conduta de alguém;
- Explicativo - oferece informações requeridas em determinado contexto;
- Argumentativo - objetiva provar alguma coisa para a audiência;
- Conversacional - envolve a conversação entre duas ou mais pessoas;
- Procedural - dá instruções para executar uma atividade ou usar algum objeto.

Os intérpretes devem criar expectativas em relação aos tipos de discurso que alguém irá usar em determinados contextos. Aos poucos se aprende que algumas expressões estão associadas a um tipo específico de discurso, por exemplo, "por que" e "razão" são frequentemente usados em um discurso persuasivo; "como" e "passos" indicam um discurso procedural; "versus", "ou" e "comparação" são palavras típicas de discursos argumentativos; "estória" e "conto" são frequentemente associados com um discurso narrativo; "descrição" sugere um discurso explicativo. Assim, o intérprete tem condições de identificar os elementos possíveis que serão apresentados de acordo com o tipo de discurso preparando-se de antemão e dispondo de tais elementos de forma mais pronta e imediata durante a sua atuação.

Código de Ética

O código de ética é um instrumento que orienta o profissional intérprete na sua atuação. A sua existência justifica-se a partir do tipo de relação que o intérprete estabelece com as partes envolvidas na interação. Os intérpretes estão para intermediar um processo interativo que envolve determinadas intenções conversacionais e discursivas. Nestas interações, o intérprete tem a responsabilidade pela veracidade e fidelidade das informações. Assim, ética deve estar na essência desse profissional. A seguir é descrito o código de ética que é

parte integrante do Regimento Interno do Departamento Nacional de Intérpretes (FENEIS).

CAPÍTULO 1 Princípios fundamentais

Artigo 1º . São deveres fundamentais do intérprete:

1º. O intérprete deve ser uma pessoa de alto caráter moral, honesto, consciente, confidente e de equilíbrio emocional. Ele guardará informações confidenciais e não poderá trair confidências, as quais foram confiadas a ele;

2º. O intérprete deve manter uma atitude imparcial durante o transcurso da interpretação, evitando interferências e opiniões próprias, a menos que seja requerido pelo grupo a fazê-lo;

3º . O intérprete deve interpretar fielmente e com o melhor da sua habilidade, sempre transmitindo o pensamento, a intenção e o espírito do palestrante. Ele deve lembrar dos limites de sua função e não ir além de a responsabilidade;

4º. O intérprete deve reconhecer seu próprio nível de competência e ser prudente em aceitar tarefas, procurando assistência de outros intérpretes e/ou profissionais, quando necessário, especialmente em palestras técnicas;

5º. O intérprete deve adotar uma conduta adequada de se vestir, sem adereços, mantendo a dignidade da profissão e não chamando atenção indevida sobre si mesmo, durante o exercício da função.

CAPITULO 2 Relações com o contratante do serviço

6º. O intérprete deve ser remunerado por serviços prestados e se dispor a providenciar serviços de interpretação, em situações onde fundos não são possíveis;

7º. Acordos em níveis profissionais devem ter remuneração de acordo com a tabela de cada estado, aprovada pela FENEIS.

CAPITULO 3 Responsabilidade profissional

8º. O intérprete jamais deve encorajar pessoas surdas a buscarem decisões legais ou outras em seu favor;

9º . O intérprete deve considerar os diversos níveis da Língua Brasileira de Sinais bem como da Língua Portuguesa;

20°. Em casos legais, o intérprete deve informar à autoridade qual o nível de comunicação da pessoa envolvida, informando quando a interpretação literal não é possível e o intérprete, então terá que parafrasear de modo claro o que está sendo dito à pessoa surda e o que ela está dizendo à autoridade;

11°. O intérprete deve procurar manter a dignidade, o respeito e a pureza das línguas envolvidas. Ele também deve estar pronto para aprender e aceitar novos sinais, se isso for necessário para o entendimento;

12°. O intérprete deve esforçar-se para reconhecer os vários tipos de assistência ao surdo e fazer o melhor para atender as suas necessidades particulares.

CAPITULO 4 Relações com os colegas

13°. Reconhecendo a necessidade para o seu desenvolvimento profissional, o intérprete deve agrupar-se com colegas profissionais com o propósito de dividir novos conhecimentos de vida e desenvolver suas capacidades expressivas e receptivas em interpretação e tradução.

Parágrafo único. O intérprete deve esclarecer o público no que diz respeito ao surdo sempre que possível, reconhecendo que muitos equívocos (má informação) têm surgido devido à falta de conhecimento do público sobre a área da surdez e a comunicação com o surdo.

Diante deste código de ética, apresentar-se-á a seguir diferentes situações que podem ser exemplos do dia-a-dia do profissional intérprete. Tais situações exigem um posicionamento ético do profissional intérprete. Sugere-se que, a partir destes contextos, cada intérprete reflita, converse com outros intérpretes e tome decisões em relação a seu posicionamento com base nos princípios éticos destacados no código de ética.

O futuro profissional do tradutor e intérprete de língua de sinais

O intérprete de língua de sinais no Brasil é um profissional com uma carreira promissora. Considerando as conquistas em nível legal, o contexto sócio histórico e o momento político atual, pode-se projetar um futuro brilhante para os futuros profissionais desta área. Há vários cursos de capacitação sendo ministrados em

diferentes pontos do Brasil. Tais cursos funcionam como cursos de validação, pois são voltados para àqueles profissionais intérpretes empíricos, ou seja, os intérpretes de língua de sinais que atuam sistematicamente sem nenhum tipo de formação formal. Além de tais cursos, estão sendo propostos cursos sequenciais, ou seja, cursos de formação em nível superior com duração de dois a dois anos e meio. Esses cursos preveem a formação de intérpretes oferecendo disciplinas que contemplam as competências e habilidades em relação às línguas envolvidas, as competências e habilidades técnicas e o domínio de conhecimentos específicos em relação à tradução e interpretação.

O profissional intérprete de língua de sinais será um profissional altamente qualificado e prestará serviços observando os preceitos éticos e suas competências nas áreas em que atuará como intérprete.

LEGISLAÇÃO INCLUSIVA

Documentação internacional inclusiva

Vejam os documentos abaixo, que justificam a inclusão dos surdos. São inúmeros, e por isso estão listados aqui apenas os mais importantes.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS - Delineia os direitos humanos básicos e foi adotada pela Organização das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948 (A/RES/217). Esboçada principalmente por John Peters Humphrey, do Canadá, mas também com a ajuda de várias pessoas de todo o mundo.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA (1994) - Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais - O texto, que não tem efeito de lei, diz que também devem receber atendimento especializado crianças excluídas da escola por motivos como trabalho infantil e abuso sexual. As que têm deficiências graves devem ser atendidas no mesmo ambiente de ensino que todas as demais.

DECRETO Nº 3.956, DE 8 DE OUTUBRO DE 2001 - Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência.

CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (2009) – A convenção foi aprovada pela ONU e tem o Brasil como um de seus signatários. Ela afirma que os países são responsáveis por garantir um sistema de Educação inclusiva em todas as etapas de ensino.

Legislação inclusiva brasileira

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988 - Assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus. Estabelece quem é a pessoa com deficiência e dispõe sobre a integração dos PcDs à sociedade (Art. 203, Seção

IV, itens IV e V), define a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa (Art. 205), estabelece a igualdade de condições de acesso e permanência na escola (Art. 206) e tutela às pessoas com deficiência um atendimento educacional especializado por parte do Estado (Art. 208). (CORDEIRO, 2014)

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996 - Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

DECRETO Nº 3.298 DE 20 DE DEZEMBRO DE 1999 - Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa com deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.

ABNT NBR – 9050 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

LEI Nº 10.098 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000 - Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

LEI Nº 10.172 DE 9 DE JANEIRO DE 2001 - Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.

LEI Nº 10.845 DE 05 DE MARÇO DE 2004 - Institui o Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às Pessoas Portadoras de Deficiência, e dá outras providências.

DECRETO Nº 5.296 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2004 - Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA (2008) - LEI 13.146 DE 6 DE JULHO DE 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Legislação para a inclusão de surdos

LEI Nº 2.089 DE 29 DE SETEMBRO DE 1998 – Institui a obrigatoriedade de inserção, nas peças publicitárias para veiculação em emissoras de televisão, da interpretação da mensagem em legenda e na Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.

LEI Nº 10.436 DE 24 DE ABRIL DE 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências.

DECRETO Nº 5.626, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005 - Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.

LEI Nº 12.319 DE 1º DE SETEMBRO DE 2010 - Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.

PROGRAMA NACIONAL DE APOIO À EDUCAÇÃO DOS SURDOS, ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA SURDOS, CAMINHO PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA. Volume I e Volume II, MEC, Brasília, 2004.

Lei Libras: conquista histórica

Um grande passo foi dado para que a Língua Brasileira de Sinais (Libras) fosse oficializada como língua dentro do nosso território brasileiro. Conforme já citado anteriormente, a lei que regulamenta a Libras como língua é a Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002, que a reconhece como meio legal de comunicação e expressão. Segundo Karnopp (apud THOMA e LOPES, 2004), essa oficialização foi resultado da luta da comunidade surda, que durou anos, por intermédio da Federação Nacional de Educação e Integração ao Surdo (Feneis), de associações e de instituições.

Essa lei foi comemorada com entusiasmo pela comunidade surda e por profissionais que trabalham na área. Ela assegura aos surdos que a Libras seja sua língua materna e que a língua portuguesa seja sua segunda língua, na modalidade escrita e/ou oral, por ser a língua oficial do Brasil.

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um

sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. (BRASIL, 2002)

Garante, também, que o poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos difundem a Libras como meio de comunicação objetiva de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil. Além disso, inclui o ensino da Libras nos sistemas educacionais de esfera federal, estadual, municipal e do Distrito Federal nos cursos de formação em Educação Especial, Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Em 2005, essa lei foi regulamentada pelo Decreto n. 5.626, de 22 de dezembro, que também regulamenta o artigo 18 da Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000, decreto assinado pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva.

Art. 3o A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (BRASIL, 2005)

Assim, o quadro de docentes do ensino básico e superior passou a ter o professor de Libras e, ainda, o ensino da Libras como disciplina curricular, o que deverá ocorrer no prazo de dez anos após a data da publicação do decreto.

Em 2000, a Lei n. 10.098 já previa a formação de intérpretes para facilitar a comunicação entre as pessoas surdas/surdas e surdas/ouvintes.

Art. 18. O Poder Público implementará a formação de profissionais intérpretes de escrita em braile, linguagem de sinais e de guias-intérpretes, para facilitar qualquer tipo de comunicação direta à pessoa com deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação. (BRASIL, 2000)

Recentemente, foi aprovada a Lei n. 12.319, de 1º de setembro de 2010, que regulamenta a profissão de tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais.

Art. 1o Esta Lei regulamenta o exercício da profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – Libras.

Art. 2o O tradutor e intérprete terá competência para realizar interpretação das 2 (duas) línguas de maneira simultânea ou consecutiva e proficiência em tradução e interpretação da Libras e da Língua Portuguesa.

Além disso, criou-se o curso de nível superior (bacharelado e licenciatura) de Letras/Libras no Brasil. Esse curso foi, primeiramente, oferecido pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em modalidade a distância e presencial.

Concentra-se na UFSC grande parte de pesquisadores da área da educação de surdos, sendo referência para os demais estudiosos da área.

O mesmo curso tem sido oferecido pela Universidade Federal de Goiás, na Faculdade de Letras, desde 2009, com 40 vagas na cidade de Goiânia, abrindo, dessa forma, mais espaço no meio universitário para a comunidade surda de Goiás. Assim, a Libras está fortalecendo-se e sendo reconhecida como língua dentro do país, de modo a ressaltar que os surdos podem ter uma vida como de uma pessoa ouvinte, desde que se respeite sua singularidade.

Essas conquistas apresentadas foram mais impactantes na área da educação de surdos, pois são leis que tratam exclusivamente da comunidade surda. Isso mostra que foi preciso um reconhecimento específico para garantir ao surdo o direito jusnatural de uma língua com sua estrutura gramatical própria, como qualquer língua, bem como de sua identidade e cultura. A diferença entre a língua de sinais e as demais línguas é a sua modalidade gestual-espacial.

ASPECTOS LINGÜÍSTICOS DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS)

Durante muito tempo as línguas de sinais eram denominadas linguagem de sinais, mas, a partir de estudos sobre o assunto, foi comprovado seu status linguístico - o termo linguagem caiu em desuso, passando-se a considerá-las línguas naturais. Pode-se fundamentar esta afirmação nas seguintes definições:

[...] linguagem é uma faculdade humana, uma capacidade que os homens têm para produzir, desenvolver, compreender a língua e outras manifestações simbólicas semelhantes à língua. A linguagem é heterogênea e multifacetada: ela tem aspectos físicos, fisiológicos e psíquicos, e pertence tanto ao domínio individual quanto ao domínio social. Para Saussure, é impossível descobrir a unidade da linguagem. Por isso, ela não pode ser estudada como uma categoria única de fatos humanos. A língua é diferente. Ela é uma parte bem definida e essencial da faculdade da linguagem. Ela é um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias, estabelecidas e adotadas por um grupo social para o exercício da faculdade da linguagem. A língua é uma unidade por si só. Para Saussure, ela é a norma para todas as demais manifestações da linguagem. Ela é um princípio de classificação, com base no qual é possível estabelecer uma certa ordem na faculdade da linguagem (SAUSSURE, 1916, p. 114).

Nota-se que língua e linguagem têm definições distintas. A primeira é um produto social da faculdade da linguagem, enquanto a segunda é a capacidade que o homem tem de produzir conceitos relacionados com uma dada forma, como a música, a arte, o teatro, a dança. As línguas naturais são consideradas inerentes ao homem, um sistema linguístico usado por uma comunidade. Elas não incluem somente as línguas orais - pesquisas linguísticas já comprovaram que as línguas de sinais são naturais, pois a sua estrutura permite que diferentes conceitos sejam expressos através dela, dependendo da intenção e necessidade comunicativa do indivíduo.

Karnopp e Quadros conceituam língua natural como:

uma realização específica da faculdade de linguagem que se dicotomiza num sistema abstrato de regras finitas, as quais permitem a produção de um número ilimitado de frases. Além disso, a utilização efetiva desse sistema, com fim social, permite a comunicação entre os usuários (KARNOPP e QUADROS, 2007, p.30).

Brito (1998, p.19) faz a seguinte afirmação sobre se considerar línguas de sinais como naturais:

As línguas de sinais são línguas naturais porque como as línguas orais surgiram espontaneamente da interação entre pessoas e porque devido à sua estrutura permitem a expressão de qualquer conceito - descritivo, emotivo, racional, literal, metafórico, concreto, abstrato - enfim, permitem a expressão de qualquer significado decorrente da necessidade comunicativa e expressiva do ser humano (BRITO, 1998, p. 19).

Um dos primeiros estudiosos a desenvolver pesquisas acerca das línguas de sinais e a constatar seu status linguístico, Stokoe (apud Quadros & Karnopp, 2004) comprovou a sua complexidade, na medida em que, assim como línguas orais, as línguas de sinais possuem regras gramaticais, léxico, e permitem a expressão conceitos abstratos, e a produção de uma quantidade infinita de sentenças.

Além disso, pode-se ratificar que elas não são pantomimas e nem universais - a língua de sinais americana (ASL) difere da língua de sinais britânica (BSL) que difere da brasileira e assim por diante. Elas apresentam variações regionais, e suas estruturas gramaticais não dependem das línguas orais. É uma língua de modalidade gestual-visual, seu canal de comunicação se dá através das mãos, das expressões faciais e do corpo.

No Brasil, a Libras se sustenta em três pilares 1) social, pois há uma comunidade de fala da língua, 2) linguístico, porque há um sistema linguístico convencionado por essa comunidade e 3) político, uma vez que pertence ao campo das políticas linguísticas e, principalmente, encontra-se reconhecida oficialmente na Constituição brasileira através da Lei 10.436 de 24 de abril de 2002, a qual afirma no Parágrafo Único do artigo 1º que:

Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil (BRASIL, 2002).

Como já mencionado ao longo da disciplina, a lei foi uma grande conquista da comunidade surda brasileira, pois assim, o surdo pode ser concebido também a partir das minorias linguísticas e acabar com os estigmas da deficiência.

Com o reconhecimento da língua, os surdos tiveram uma maior visibilidade no cenário social e passaram a ser protagonistas de muitas pesquisas e estudos sobre

a língua de sinais. Graças a isso, muitas concepções inadequadas puderam ser desmistificadas. Quadros e Karnopp (2004, p. 31 – 37) descrevem estes mitos:

Mito 1: A língua de sinais seria uma mistura de pantomima e gesticulação concreta, incapaz de expressar conceitos abstratos.

As línguas de sinais são línguas completas e complexas capazes de expressar qualquer ideia, seja ela concreta ou abstrata. Assim, são formadas por sinais icônicos, os quais de acordo com Albres (2013, p. 83) podem ser definidos como “propriedade das palavras ou dos sinais de tomar como base para sua criação as características físicas do referente, parte deste ou o todo, ou mesmo a relação cultural que o homem tem com esse referente.” Entende-se então que sinais icônicos são aqueles que têm uma semelhança com o real, como por exemplo, os sinais de TELEFONE e BORBOLETA, conforme as imagens abaixo:



Fonte: Cordeiro, Santos e Vale (2017).

Mas devemos ressaltar que além da iconicidade, as línguas de sinais também são formadas pela arbitrariedade. Conforme Albres (2013, p. 84):

Apesar da possibilidade de alguns sinais terem motivação em características do que representam, os sinais não são os objetos que representam. Dessa forma, cada comunidade linguística pode, ao se relacionar com esse referente, escolher qualquer parte dele ou qualquer outro signo distante de qualquer associação/ relação com o referente. Isso significa que a palavra ou sinal de uma língua não se prende simplesmente pela sua representatividade, mas depende de uma produção social-coletiva para a construção dessa significação na língua.

Sendo assim, não há a obrigatoriedade dos sinais representarem a forma real do referente, mas também depende da convencionalidade de determinadas

comunidades linguísticas. Pode-se definir então que os sinais arbitrários têm significado somente para os falantes da língua, é o caso dos sinais de BISCOITO e NAMORAR.



Fonte: Cordeiro, Santos e Vale (2017).

Mito 2: Haveria uma única e universal língua de sinais usada por todas as pessoas surdas.

Muitas pessoas acreditam que as línguas de sinais são iguais em todo o mundo. Tal concepção desconsidera a localização geográfica e os contextos culturais insignificantes na formação das línguas e dos itens lexicais. Mesmo nos países que a língua oral é a mesma, as línguas de sinais se diferenciam. A língua de sinais utilizada em Angola não é a mesma de Portugal, a da Venezuela não é a mesma da Argentina, do Brasil. Nas figuras abaixo pode-se perceber a diferença dos itens lexicais utilizados no Brasil e nos Estados Unidos da América.

Figura 3: Imagem do sinal de BOM da Língua Brasileira de Sinais
BOM – LIBRAS



Fonte: Cordeiro, Santos e Vale (2017).

Figura 4: Imagem do sinal de GOOD da American Sign Language
GOOD – ASL



Fonte: Cordeiro, Santos e Vale (2017).

Mito 3: Haveria uma falha na organização gramatical da língua de sinais, que seria derivada das línguas de sinais, sendo um pidgin sem estrutura própria, subordinado e inferior às línguas orais.

Primeiramente, é importante conceituar o termo pidgin. Hlibowicka-Węglarz (2016, p. 02) afirma que:

Os pidgins apareceram em contextos de urgência comunicativa, quando os representantes de dois grupos de falantes tiveram necessidade de comunicação imediata. [...] Os pidgins são línguas veiculares simples, de uso bem restrito, são línguas acessórias, subsidiárias que não substituem a língua de origem dos que as falam, mas são usadas em diferentes contextos e situações de intercâmbio. É uma forma de linguagem que facilita a comunicação imediata entre populações heterogêneas.

De acordo com a afirmação acima, pidgin pode ser entendido como a mistura emergencial de duas línguas para que haja comunicação entre pessoas de grupos diferenciados. Houve tempo em que se acreditava que a língua de sinais não era uma língua propriamente dita por ser uma mistura com a língua oral, ou seja, um pidgin. Talvez isso acontecesse pelo fato da presença do alfabeto manual (datilologia), o qual representa letra por letra da língua oral. Góes e Campos (2013, p.71) afirmam que:

Não se deve pensar que o alfabeto manual é a língua de sinais, pois ele possui uma função específica. Na interação entre pessoas usuárias da língua de sinais, ele é utilizado para soletrar nomes próprios de pessoas ou lugares, siglas, elementos técnicos, palavras que ainda não possuem sinais correspondentes, ou em algumas situações de empréstimo de palavras da língua portuguesa [...]

Assim, o alfabeto manual não é a língua de sinais, mas uma representação visual da grafia das línguas orais. É utilizado somente para dizer nomes próprios (pessoas, Estados, países, endereços...) que ainda não possuem um sinal, sendo muitas vezes evitado durante a sinalização. Outro fato que necessita ser esclarecido é que as línguas sinalizadas não têm uma dependência estrutural das línguas orais, mas possuem uma independência gramatical. As línguas de sinais são línguas naturais e não são gestos soltos, possuem um sistema linguístico pertencente a uma modalidade visual-espacial.

Mito 4: As línguas de sinais, por serem organizadas espacialmente, estariam representadas no hemisfério direito do cérebro, uma vez que esse hemisfério é responsável pelo processamento de informação espacial, enquanto que o esquerdo, pela linguagem.

Muitos estudiosos acreditavam que pelo fato das línguas de sinais serem de modalidade visual-espacial, estas se localizavam no hemisfério direito do cérebro, o hemisfério responsável pelas relações espaciais. Pesquisas com surdos que apresentavam lesões no hemisfério direito demonstraram que estes eram capazes de processar as informações linguísticas da língua de sinais. Já os surdos que possuíam lesões no hemisfério esquerdo não processavam as informações linguísticas.

Estes estudos mostram que embora a língua de sinais faça parte de uma modalidade visual-espacial, é processada no hemisfério esquerdo, assim como as línguas orais. Isso também nos revela que a linguagem do ser humano independe da modalidade.

Essas desmistificações são muito relevantes, como afirma Santos (2017, p. 27) “derrubam a ideia de que as línguas de sinais são inferiores às línguas orais, mudando a concepção existente nas sociedades ouvintes em relação à língua e aos surdos.” Em uma perspectiva linguística, as línguas sinalizadas são línguas completas que podem ser analisadas a partir de diversos níveis. Com este novo olhar sobre as línguas sinalizadas, estudaremos nas próximas unidades as categorias gramaticais da Língua Brasileira de Sinais.

Iconicidade e arbitrariedade

Iconicidade e arbitrariedade do signo linguístico são inerentes às línguas naturais. Reflexões acerca das definições destes fenômenos das línguas ocorreram desde a época de Platão e se estendem até os dias de hoje. Podem-se citar, dentre as reflexões do filósofo grego, questões sobre a linguagem e sobre a relação dela com o mundo. Crátilo, Hermógenes e Sócrates foram um dos interlocutores que dialogaram acerca desta relação, discutindo a ligação existente entre nome, ideia e coisa. Crátilo defendia o conceito de iconicidade; Hermógenes, de arbitrariedade. Sócrates, por seu turno, integrava as duas concepções.

Para Crátilo, a língua é o espelho do mundo, o que significa que existe uma relação natural e, portanto, similar ou icônica entre os elementos da língua e os seres por eles representados. Para Hermógenes, a língua é arbitrária, isto é, convencional, pois entre o nome e as ideias ou as coisas designadas não há transparências ou similaridade. Sócrates, por sua vez, tem o papel de fazer a integração entre os dois pontos de vista (WILSON & MARTELOTTA, p. 71, 2010).

Direcionando tais definições às línguas de sinais, muitas vezes elas são consideradas puramente icônicas por serem de uma modalidade diferente, acreditando-se que os sinais são criados a partir da representação do referente. É certo que um sinal pode ser realizado de acordo com a característica daquilo que se refere, mas, de acordo com Strobel & Fernandes (1998), isto não é uma regra, já que a maioria dos sinais em Libras é arbitrário, ou seja, não mantém uma relação de similitude com o referente.

Strobel & Fernandes (1998) também definem os sinais icônicos como aqueles que fazem alusão à imagem do seu significado, sendo que isto não implica na igualdade de todos os sinais icônicos em todas as línguas de sinais, pois cada grupo social absorve aspectos diferentes da imagem do referente convencionando a representação do sinal. Para os autores, os signos arbitrários são os que não trazem nenhuma relação de semelhança com o referente.

Variações linguísticas

A língua está em constante evolução, é dinâmica, um produto social em permanente inconclusão, “(...) é intrinsecamente heterogênea, múltipla, variável, instável e está sempre em desconstrução e em reconstrução” (BAGNO, 2007, p.35, grifos do autor).

Devido a este caráter de ordem heterogênea, nas línguas naturais pode ser identificado um fenômeno linguístico denominado variação. As línguas de sinais, por serem naturais, apresentam tais manifestações. Segundo Bagno (2007) existem fatores sociais ou extralinguísticos que podem proporcionar à identificação do fenômeno variação linguística, são eles:

a) Origem geográfica: a língua varia de um lugar para o outro; assim, podemos investigar, por exemplo, a fala característica das diferentes regiões brasileiras, dos diferentes estados, de diferentes áreas geográficas dentro de um

mesmo estado etc.; outro fator importante também é a origem rural ou urbana da pessoa;

b) Status socioeconômico: as pessoas que têm um nível de renda muito baixo não falam do mesmo modo das que têm um nível de renda médio ou muito alto, e vice-versa;

c) Grau de escolarização: o acesso maior ou menor à educação formal e, com ele, à cultura letrada, à prática da leitura e aos usos da escrita, é um fator muito importante na configuração dos usos linguísticos dos diferentes indivíduos;

d) Idade: os adolescentes não falam do mesmo modo como seus pais, nem estes pais falam do mesmo modo como as pessoas das gerações anteriores;

e) Sexo: homens e mulheres fazem usos diferenciados dos recursos que a língua oferece;

f) Mercado de trabalho: o vínculo da pessoa com determinadas profissões e ofícios incide na sua atividade linguística: uma advogada não usa os mesmos recursos linguísticos de um encanador, nem este os mesmos de um cortador de cana;

g) Redes sociais: cada pessoa adota comportamentos semelhantes aos das pessoas com quem convive em sua rede social; entre esses comportamentos está também o comportamento linguístico.

Sobre as variações linguísticas, Strobel & Fernandes (1998) consideram as variações regionais e sociais e as mudanças históricas como fenômenos identificáveis na Língua Brasileira de Sinais, o que lhe confirma, mais uma vez, o caráter natural. A variação regional refere-se às variações de sinais que acontecem nas diferentes regiões do mesmo país; já a social representa as variações na configuração de mão e/ou movimento, sem alterar o sentido do sinal, as mudanças históricas estão relacionadas com as modificações que o sinal pode sofrer, devido aos costumes da geração que utiliza o sinal. A seguir, alguns exemplos:

Figura 5: Variação regional



Fonte: Sousa, 2010, p. 7

Figura 6: Variação social



Fonte: Sousa, 2010, p. 7

Figura 7: Mudança histórica



Fonte: Sousa, 2010, p. 7

Fonologia da Língua Brasileira de Sinais

Embora as línguas de sinais sejam de modalidade gestual-visual, em que a informação é percebida pelos olhos e frases, pelos textos e discursos produzidos pelas mãos, o termo fonologia tem sido usado não somente no contexto das línguas orais, mas nos estudos dos elementos que envolvem a formação dos sinais. Stokoe (apud QUADROS, 2004) empregava o termo “quirema” às unidades que formam os sinais, e para referir-se às combinações dessas unidades, utilizava o termo “quirolgia”. Ao confirmar que a língua de sinais é uma língua natural, Stokoe e outros pesquisadores passaram a utilizar os termos fonema e fonologia nos estudos linguísticos das línguas de sinais.

Quadros (2004, p.47) define a fonologia das línguas de sinais da seguinte forma:

Fonologia das línguas de sinais é o ramo da linguística que objetiva identificar a estrutura e a organização dos constituintes fonológicos, propondo modelos descritivos e explanatórios. A primeira tarefa da fonologia para língua de sinais é determinar quais são as unidades mínimas que formam os sinais. A segunda tarefa é estabelecer quais são os padrões possíveis de combinação entre essas unidades e as variações possíveis no ambiente fonológico (QUADROS, 2004, p. 47).

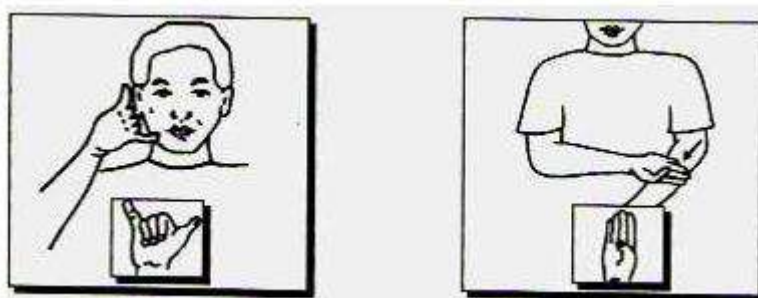
A análise da formação dos sinais foi estabelecida por Stokoe (apud QUADROS, 2004), ao propor a decomposição dos sinais em três parâmetros principais (configuração de mão, locação da mão, movimento da mão), a fim de analisar a constituição deles na ASL (Língua de Sinais Americana), afirmando não possuírem significado de forma isolada. Posteriormente, outros parâmetros foram acrescentados às pesquisas da fonologia de sinais, são eles: orientação da mão, expressões faciais e corporais.

A configuração de mão (doravante, CM), de acordo com Strobel & Fernandes (1998), é definida como a forma assumida pela mão durante a articulação de um sinal. Locação da mão ou ponto de articulação é o lugar do corpo onde o sinal será realizado. Já o movimento demonstra o deslocamento da mão durante a execução do sinal, possuindo diferentes formas e direções. Além disso, os sinais podem ter ou não movimento.

O parâmetro orientação da mão, de acordo com Quadros (2004), vem ser a direção que a palma da mão indica na realização do sinal. Os componentes não

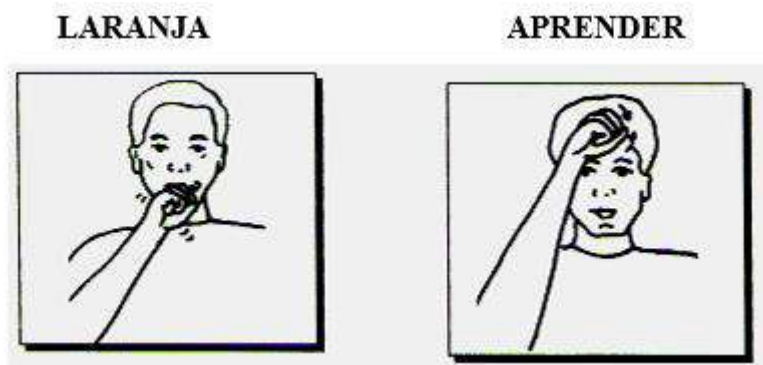
manuais, ou seja, as expressões faciais e corporais, distinguem significados entre sinais. Além disso, podem traduzir tristeza, alegria, medo, raiva, mágoa, amor, encantamento e desencantamento, entre outros sentimentos. Podem indicar afirmação, negação, interrogação e exclamação. Algumas dessas diferenças serão mostradas nas figuras a seguir:

Figura 8: Sinais que diferem quanto à configuração de mão



Fonte: Sousa, 2010, p. 9

Figura 9: Sinais com ponto de articulação em diferentes locais, boca, testa



Fonte: Sousa, 2010, p. 9

Fonte 10: Sinais que divergem quanto ao movimento



Fonte: Sousa, 2010, p. 9

Morfologia Da Língua Brasileira De Sinais

Morfologia é um ramo da linguística que estuda a estrutura interna, a formação e classificação das palavras ou sinais, como define Quadros: Morfologia é o estudo da estrutura interna das palavras ou dos sinais, assim como das regras que determinam a formação das palavras. A palavra morfema deriva do grego *morphé*, que significa forma. Os morfemas são as unidades mínimas de significado (QUADROS, 2004, p.86, grifos do autor).

A partir do conceito supracitado, pode-se afirmar que as formações dos sinais originam-se da combinação dos parâmetros configuração de mão, ponto de articulação, movimento, expressão facial e corporal, agora considerados morfemas, ou seja, unidades mínimas com significado, como explica Felipe:

Estes cinco parâmetros podem expressar morfemas através de algumas configurações de mão, de alguns movimentos direcionados, de algumas alterações na frequência do movimento, de alguns pontos de articulação na estrutura morfológica e de alguma expressão facial ou movimento de cabeça concomitante ao sinal, que, através de alterações em suas combinações, formam os itens lexicais das línguas de sinais (FELIPE, 2006, p. 202).

Já em relação à classe de palavras/sinais e às categorias lexicais pertencentes às línguas de sinais, estão nomes, verbo, advérbio, adjetivo, numeral, conjunção. Direcionado o estudo morfológico para Libras, a partir de uma breve análise, encontram-se os seguintes casos:

a) Quando se quer diferenciar o sexo entre pessoas ou animais, usa-se o sinal HOMEM e MULHER para fazer referência ao nome, mas geralmente sem

apresentar flexão de gênero, como se pode perceber no sinal de AMIG@, que pode ser usado tanto para o sexo masculino ou feminino. Sinais como PAI e MÃE não necessitam dessa marcação de gênero, pois possuem sinais próprios.

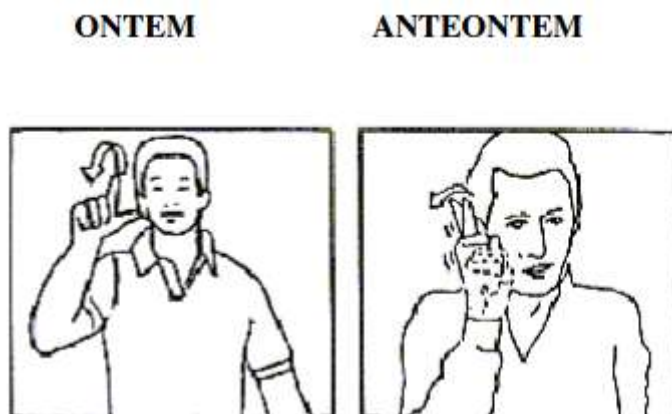
b) Os adjetivos trazem como características a expressão facial e intensificação do sinal, não há marca de gênero ou número. Cita-se como exemplo a sinalização de BONITINHO e de MUITO BONITO, que precisa, cada um à sua maneira, de expressão facial e intensificação do sinal, sendo que o segundo necessita também de expressão facial. Essas marcações linguísticas trazem o significado real do sinal.

c) Os pronomes na Libras são realizados em diferentes pontos no espaço, a articulação do sinal depende da pessoa que se faz referência e do número, ou seja, singular e plural. Destacam-se ainda as conjunções, sendo que as manifestadas em Libras são MAS, PORQUE (explicativo e interrogativo), COMO e o SE.

d) Em relação aos numerais, estes são classificados em quantidade, cardinal e ordinal, trazendo como parâmetros de diferenciação na articulação dos números a configuração de mão, ponto de articulação e movimento, além do contexto.

e) A marcação do tempo verbal é realizada através de itens lexicais ou sinais adverbiais como afirma Brito: “Dessa forma, quando o verbo refere-se a um tempo passado, futuro ou presente, o que vai marcar o tempo da ação ou do evento serão itens lexicais ou sinais adverbiais como ONTEM, AMANHÃ, HOJE, SEMANA-PASSADA, SEMANA-QUE-VEM.” (BRITO, 1997, p. 46). A seguir um exemplo de como a marcação de tempo verbal é realizada em Libras:

Figura 11: Realização dos sinais adverbiais indicando *ontem* e *anteontem*



Fonte: Sousa, 2010, p. 12

Sintaxe da Língua Brasileira de Sinais

A Libras, assim como a Língua Portuguesa, apresenta organização na estrutura da frase. De maneira preferencial, a ordem SVO (sujeito+verbo+objeto) é a que se destaca na produção das frases, o que não invalida o uso de outras ordens. De acordo com Brito (1997), na Libras, uma outra forma de produção que acontece é a topicalização ou tópico-comentário. A topicalização, realizada com bastante frequência, é definida como a distribuição no espaço dos elementos da frase, ou seja, não segue a ordem SVO. Pode ser usada desde que não haja restrições que impeçam o deslocamento de determinados constituintes da sentença e que altere o sentido da frase.

Em relação aos verbos em Libras, destacam-se os com concordância e os sem concordância. De acordo com a concepção de Quadros (2004), os sem concordância são os que não flexionam em pessoa e número, sendo que alguns podem flexionar em aspecto. Existe ainda uma subdivisão desta categoria de verbos, podendo ser ainda classificados em verbos de locomoção/movimento. Dependendo do contexto, o sinal pode ser classificado como substantivo ou verbo.

Já os verbos com concordância flexionam em número, pessoa e aspecto. Segundo Felipe (2001), estes verbos podem também ser subdivididos em dois: os que possuem concordância em número e pessoa, classificadores (CIs) e os que concordam com a localização. O primeiro grupo traz o parâmetro orientação como destaque, já os segundo têm concordância com a localização e destaca-se o parâmetro ponto de articulação ou locação. Nos classificadores evidencia-se o parâmetro configuração de mão, o que não invalida o uso dos outros parâmetros.

Em Libras, através dos fenômenos linguísticos, da sua complexidade e gramática própria, pode-se constatar que assim como as línguas orais, as línguas de sinais são naturais. Embora seja uma língua articulada espacialmente, lugar em que são constituídos seus mecanismos fonológicos, morfológicos e sintáticos, certifica-se que as línguas de sinais são icônicas e arbitrárias, e que as formas icônicas não são universais.

Trata-se, portanto, de uma língua que possui os mesmos universos linguísticos das línguas orais, caracterizando a formação dos sinais a partir dos

fonemas e morfemas. Percebe-se ainda, através da sua morfologia e sintaxe, o seu caráter flexional, complexo e econômico na produção e articulação das frases.

Como afirma Brito (1998), a Libras é regida por princípios gerais que a estruturam linguisticamente, permitindo aos seus usuários o emprego da língua em diferentes contextos, correspondendo às diversas funções linguísticas que são manifestadas na interação no cotidiano.

Dessa forma, segundo as descrições feitas sobre Libras, sobretudo as variações e estruturas linguísticas, reitera seu status de língua, um produto social em constante evolução.

LIBRAS COMO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO SOCIAL

Ao analisar o contexto histórico, percebe-se que as pessoas surdas não tinham o direito de sua língua, de sua cultura e identidade. Em grande parte da história dos surdos, seus educadores valorizavam a oralização das pessoas surdas, excluindo totalmente as línguas de sinais, acreditando que atrapalhasse o desenvolvimento social, cognitivo, etc. Somente depois de séculos, percebeu-se que, com a oralização apenas, os surdos saíam das escolas subeducados e limitados socialmente, tendo poucas habilidades e formação de conceitos.

A partir de 1971, uma nova filosofia de ensino começa a ser difundida entre aqueles que se preocupavam com a educação dos surdos: comunicação total por meio da qual os surdos novamente teriam maior chance de sucesso e avanço em sua educação. Analisando a data do estudo, nota-se que é muito recente o reconhecimento da comunidade surda no que se refere a sua língua. No Brasil, a questão começou a ser discutida a partir de 1990.

Estudos de pesquisadores da área e principalmente pesquisadores surdos vêm salientando a importância da língua de sinais dentro do espaço educacional, diferentemente dos educadores do passado, que aboliram o jeito de ser surdo.

A aprovação de leis que privilegiam a língua de sinais aqui no Brasil como língua oriunda das comunidades surdas acarretou o reconhecimento da sua cultura, identidade, além da regulamentação de profissionais intérpretes, etc. Trouxe, também, avanços significativos e, conseqüentemente, mudanças na área da educação especial e também na comunidade escolar.

Com relação à cultura surda, Strobel (2008, p. 22) explica que:

Cultura surda é o jeito de o sujeito surdo entender o mundo e de modificá-lo a fim de se torná-lo acessível e habitável ajustando-os com as suas percepções visuais, que contribuem para a definição das identidades surdas e das 'almas' das comunidades surdas. Isto significa que abrange a língua, as ideias, as crenças, os costumes e os hábitos do povo surdo.

A aprovação da Libras como língua não foi somente um reconhecimento, mas também a abertura de oportunidades que a comunidade surda poderá usufruir no seu cotidiano. Isso porque essas mudanças causaram impacto não somente no contexto escolar, mas também na sociedade de um modo geral.

A escola tem um papel fundamental para que a Libras possa ser difundida dentro da sociedade, principalmente quando houver alunos surdos dentro dos espaços educacionais. O que se ouve e se vê quando se tem alunos surdos dentro da escola? Na maioria das vezes, são alunos surdos que não têm contato com os demais alunos devido à falta de comunicação. O contato reduz-se a intérpretes ou a algum aluno que saiba ou teve interesse de aproximar-se do surdo e, desse modo, aprendeu um pouco a língua de sinais para se comunicar dentro da escola.

Do mesmo modo que os ouvintes têm contato com a língua materna desde o nascimento, a criança surda também precisa ter contato com a língua de sinais para sua aprendizagem e desenvolvimento social. Daí as várias funções que a intérprete, não raro, acaba tomando sobre si, pois os alunos surdos chegam às escolas não sabendo a Libras. Dessa forma, além de transmitir informação, a intérprete precisa ensinar a Libras.

Strobel (2008, p. 17 e 26), em sua tese de doutorado, expõe um pouco da história de como adquiriu a Libras como língua materna e como os seus professores concebiam essa língua:

Eu era revoltada com a minha condição de surdez, não aceitava a surdez achando que era castigo de Deus e me isolava, isto ocorria porque a escola oralista não me permitia ter identidade surda, procurando fazer com que eu aprendesse e fosse igual às pessoas ouvintes minha mãe ficou preocupada com a minha revolta e isolamento e ao se informar a respeito do povo surdo descobriu a existência de uma associação de surdos e me levou lá quando eu tinha 15 anos.

Ao ter contato com a comunidade surda, o meu mundo abriu as portas e eu pude explorar e expandir para fora tudo o que estava insuportavelmente sufocado dentro de mim.

[...]

Quando eu comecei a frequentar a associação dos surdos, uma professora perguntou a minha mãe “você vai fazer sua filha desaprender a falar”, fico com nó na minha garganta quando penso muito nisso. Pois esta mesma professora tinha uma irmã surda que era muito reprimida sempre isolada em sua casa e com conflito de identidade e com uma fala difícil de compreender, acredita? Com estes tipos de pessoas eu aprendi um sentimento de que era preciso esconder de que sou surda, fingir e imitar os outros que ouvem e isso me fazia ficar mais confusa.

Esse depoimento demonstra que não foi somente em um passado longínquo a proibição da Libras nos espaços escolares, a filosofia oral perdurou até um passado mais recente. Os surdos, pelo fato de não terem sua diferença cultural e de identidade respeitada, passaram por conflitos que os deixaram muitas vezes

transtornados, revoltados, reprimidos, e isso devido à obrigação imposta pela escola e pela sociedade de serem “normais”. Daí surgiram estereótipos de que o surdo é retardado, antissocial, que não possui educação. Por causa de seus conflitos de identidade, o surdo passava a ser agressivo com as pessoas, achando que era um castigo divino, reprimindo-se, isolando-se das pessoas, vendo-se como uma aberração, por não ouvir.

Para que não aconteça essa crise de identidade no meio escolar, é preciso ressaltar a importância de profissionais surdos (da área pedagógica e/ou administrativa). Desse modo, os alunos surdos poderiam se identificar e desenvolver uma relação mais próxima com esses profissionais, que falam em Libras de maneira bem estruturada. A interação do surdo somente com um ouvinte, para quem a Libras não é sua primeira língua, não seria o suficiente, pois o ouvinte tem a Libras como uma segunda língua para sua convivência social, enquanto que um surdo utiliza-a como a primeira.

É importante incluir nas discussões da escola a questão da Libras e da língua portuguesa. Quanto mais cedo for proporcionado o estudo da Libras e do português no espaço escolar, melhor será a comunicação e a interação das pessoas em seu meio, de modo a entenderem e se fazerem entender.

Vygotsky (1989), em seus estudos, já explicava que os surdos se desenvolvem como qualquer outro sujeito, porém por outros meios, e que é preciso respeitar essa diferença, alertando o professor para essa peculiaridade e para as condições necessárias e mais específicas do ser surdo.

Se uma criança cega ou surda alcança o mesmo desenvolvimento de uma criança normal, então as crianças com deficiência alcançam esse desenvolvimento de um modo diferente, por outra via, com outros meios e para o pedagogo é muito importante conhecer essa peculiaridade da via pela qual ele deve conduzir a criança. A lei da transformação e da compensação proporciona a chave para se chegar a essa peculiaridade. (VYGOTSKY, 1989, p. 07)

Ao fazer essas observações, entende-se que grande parte das estratégias de inclusão escolar se limita à presença de intérpretes em sala de aula (isso quando há intérprete). Assim, questões começaram a surgir, como: Por que só o intérprete tem contato com os alunos surdos? E a interação entre as pessoas dentro do espaço escolar, não acontece? Por que os profissionais da escola não trabalham com a difusão da Libras na comunidade escolar para uma inclusão efetiva? Daí partem os

estudos e pesquisas para saber um pouco mais sobre a comunidade surda e qual a importância da Libras na vida dessas pessoas.

A escola como espaço de democratização e de busca de conhecimento deveria dar importância ao ensino de Libras para os demais alunos e profissionais da comunidade escolar. É preciso um trabalho conjunto para que todos tenham acesso à comunicação, principalmente os alunos surdos, que são a minoria. É necessário discutir, nos espaços escolares, a importância de aprender a língua de sinais, tanto pelos alunos, quanto pelos professores e demais profissionais, para que a inclusão dos alunos surdos efetive-se integralmente.

O surdo tem uma maneira diferente de ver o mundo. Enquanto ouvintes aprendem os conceitos, comunicam-se, interagem com outras pessoas por meio da audição, visão e fala, os surdos aprendem pelo visual e gestual. O ouvinte, ao interagir com outro ouvinte pela língua falada, pode apreender ao mesmo tempo várias outras coisas, isso por intermédio da audição. Todavia, ao contrário do ouvinte, o surdo, pelo fato de sua língua ser de modo visual, precisa focar-se somente em uma pessoa para que possa interagir. Conforme Strobel (2008, p. 59), "[os] sujeitos surdos veem o mundo de maneira diferente em alguns aspectos, porque suas vidas são diferentes por terem mais experiência visual e por estarem longe da experiência auditiva".

Strobel (2008, p. 13) sofreu exclusão e por esse motivo pode descrever com propriedade o ser surdo e o sofrimento de viver numa sociedade que discrimina o surdo: "Ser surdo, ao longo da história, não foi fácil, foram feitas muitas injustiças atroztes contra nós, não aceitavam o 'diferente' e nossas 'diferenças'".

Foucault (apud STROBEL, 2008, p. 13-14) explica como a sociedade afronta as diferentes culturas e:

destaca graves problemas que a sociedade humana e as autoridades públicas afrontam com as diferentes culturas em seus territórios, os sujeitos diferentes são identificados e socialmente estereotipados e também se tende a generalizar as suas limitações e a minimizar as suas limitações e os seus potenciais, a diferença está tão presente e enfatizada para os que os cercam que justifica os seus sucessos e fracassos nos seus atos e realizações.

Segundo Perlin e Miranda (2003, p. 217), ser surdo é "olhar a identidade surda dentro dos componentes que constituem as identidades essenciais com as

quais se agenciam as dinâmicas de poder. É uma experiência na convivência do ser na diferença”.

Tendo isso em vista, considera-se o papel fundamental da escola na inclusão da Libras no espaço educacional, pois, além de ser um lugar de busca do saber, precisa ser a primeira a praticar a inclusão, uma vez que esse é um espaço do educar, da busca e valorização do humano, do respeito às diferenças e da conscientização da geração futura para que se viva numa sociedade mais justa e humana.

❖ MATERIAL DE APOIO:

Comparando Aspectos Gramaticais de Português e de Libras (Odenilza Gama da Silva e Antônia Fernanda de Souza Nogueira)

O objetivo do trabalho é comparar alguns aspectos gramaticais da língua portuguesa e da língua brasileira de sinais Libras. Os aspectos a serem confrontados são as unidades distintas, a ordem dos constituintes das sentenças, a concordância verbal, o aspecto verbal, o tempo verbal, e a intensidade.

Referência: DA SILVA, Odenilza Gama; DE SOUZA NOGUEIRA, Antônia Fernanda. Comparando Aspectos Gramaticais de Português e de LIBRAS. 2017.

Mesclagem de voz e tipos de discursos no processo de interpretação da lingual de sinais para o português oral (Neiva de Aquino Albres)

O trabalho pretende descrever o fenômeno da linguagem no momento da interpretação simultânea – captar o caráter singular da significação do ver a enunciação, do processamento da mesma, e da produção para língua alvo com as equivalências na mesclagem da voz e dos discursos que estão sendo proferidos na língua fonte.

Referência: DE AQUINO ALBRES, Neiva. Mesclagem de voz e tipos de discursos no processo de interpretação da lingual de sinais para o português oral. Cadernos de tradução, v. 2, n. 26, p. 291-306, 2010.

Interpretação da Libras para o português na modalidade oral: considerações dialógicas (Vinícius Nascimento)

O objetivo do trabalho é tecer considerações sobre o processo de interpretação da Libras para o português na modalidade-oral tomando como objeto de estudo e análise uma atividade formativa realizada em um curso de pós-graduação para tradutores/intérpretes de Libras português, abordando a voz e a expressividade oral como elementos que constituem a produção de sentido nesse processo de interpretação.

Referência: NASCIMENTO, Vinícius. Interpretação da Libras para o português na modalidade oral: considerações dialógicas. Tradução & Comunicação, v. 24, 2012.

Os papéis do intérprete de Libras na sala de aula inclusiva (Emeli Marques Costa Leite)

O trabalho que apresenta uma análise micro-etnográfica do trabalho do intérprete de Libras na sala de aula inclusiva, onde atua fazendo interpretação simultânea e ou consecutiva. O principal objetivo é identificar os possíveis papéis que o intérprete pode ocupar nesse novo espaço educacional, contexto em que foi recentemente inserido através da Política de Educação Inclusiva.

Referência: LEITE, Emeli Marques Costa. Os papéis do intérprete de Libras na sala de aula inclusiva. 2004. Dissertação de Mestrado. UFRJ

Formação de intérpretes de Libras e Língua Portuguesa: encontros de sujeitos, discursos e saberes (Marcus Vinícius Batista Nascimento)

A tese tem por objetivo geral discutir a imprevisibilidade, imediatismo, discursividade e normas da interpretação interlíngua e seus efeitos para a formação de Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais (Libras) e Língua Portuguesa (LP) experientes e iniciantes.

Referência: NASCIMENTO, Marcus Vinícius Batista et al. Formação de intérpretes de Libras e língua portuguesa: encontros de sujeitos, discursos e saberes. 2016. Tese de Doutorado. Tese). Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A disciplina “Língua Brasileira de Sinais (Libras)” objetivou trazer discussões sobre essa língua e todos os aspectos subjetivos que a constitui, como por exemplo os artefatos culturais, identitários e abordagens educacionais para alunos surdos. Além disso, é realizado um estudo que traz à luz o sistema linguístico dessa língua visuo-espacial que constitui a sua cientificidade.

Longe de esgotar o tema, o debate sobre os sujeitos surdos e sua língua, contribui para o desenvolvimento do processo de construção de ensino e aprendizagem da Libras e, principalmente, colabora para a prática de todos os profissionais.

REFERÊNCIAS

- ALBRES, N. de A. A construção dos sinais e sua mobilidade específica. In: LACERDA, C. B. F. de. SANTOS, L. F. dos. **Tenho um aluno surdo, e agora? Introdução a LIBRAS e educação de surdos**. São Carlos – SP: EdUFSCar, 2013.
- BAGNO, M. **Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 25 mar 2022.
- BRASIL. Decreto n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005. **Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 25 mar 2022
- BRASIL. Lei 10.436, de 24 de Abril de 2002. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm Acesso em: 25 mar 2022.
- BRASIL. Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L10098.htm Acesso em: 25 mar 2022.
- BRASIL. Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436.htm. Acesso em: 25 mar 2022.
- BRASIL. Lei n. 12.319, de 1º de setembro de 2010. **Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12319.htm. Acesso em: 25 mar 2022.
- BRASIL. Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm Acesso em: 25 mar 2022.
- BRITO, L. F. et. al. Língua Brasileira de Sinais-Libras. In: (Org.) BRASIL, **Secretaria de Educação especial**. Brasília: SEESP, 1998.
- CARVALHO, C. de. **Para compreender Saussure: fundamentos e visão crítica**. 20. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- CORDEIRO, S. P. R. L. (2014). **Ensino-Aprendizagem do Sujeito Surdo: um estudo de caso**. Dissertação de mestrado em Estudos de Linguagem, Instituto de Linguagens, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá/MT, 2014.
- FELIPE, T. A. **O processo de formação de palavra na Libras**. Educação Temática Digital, Campinas, v.7, n.2, p.200-217, jun. 2006.

- FELIPE. **Libras em contexto: Curso básico. Manual do professor/instrutor.** Brasília: Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos, MEC, SEESP, 2001.
- FERREIRA, L. **Por uma gramática da língua de sinais.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2010.
- GÓES, Maria Cecília Rafael de. **Linguagem, surdez e educação/** Maria Cecília Rafael de Góes. – 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1999. – (Coleção educação contemporânea).
- GOLDFELD, M. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista.** São Paulo: Plexus Editora, 1997.
- GOLDFELD, M. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionista.** São Paulo: Plexus, 1997.
- HALL, S. **Identidades culturais na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 1997.
- HLIBOWICKA-WEGLARZ, B. Pidgin, língua franca, sabir: um estudo terminológico. **Revista Romanica Olomucensia**, Lublin – Polônia, 28/Jan, 2016.
- HONORA, M.; FRIZANCO, M. L. E. **Livro Ilustrado de Língua Brasileira de Sinais: desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez.** II Título, São Paulo, Ciranda Cultural, 2009.
- KOJIM, C. K.; SEGALA, S. R. **Dicionário Língua de Sinais: A imagem do Pensamento.** São Paulo: Escala, 2002.
- M. E. **Manual de Linguística.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.
- MARTELOTTA, M. E. Dupla Articulação. In: MARTELOTTA, M. E. (Org.). **Manual de Linguística.** 2.ed. São Paulo: Contexto, 2013. p. 37 – 41
- MARTELOTTA, M. E; WILSON, V. Arbitrariedade e Iconicidade. In: MARTELOTTA, M. E. (org.). **Manual de linguística.** São Paulo: Contexto, 2010 (pp. 71-86).
- McCLEARY, L.; VIOTTI, E. **Língua e gesto em línguas sinalizadas.** Veredas Online - Atemática, vol.1, 2011.
- PEDROZA, C. R. **Vocabulário de Libras.** APM/CEADA. Campo Grande/MS, 2015.
- PERLIN, G. Identidades Surdas. In: Skliar (Org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças.** Porto Alegre: Mediação, 1998.
- PERLIN, G. O lugar da cultura surda. In: THOMA, A. da S.; LOPES, M. C. (Orgs.). **A invenção da surdez: cultura, alteridade, identidade e diferença no campo da educação.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.
- PERLIN, G.; MIRANDA, W. Surdos: o Narrar e a Política. In: Estudos Surdos – Ponto de Vista. **Revista de Educação e Processos Inclusivos**, Florianópolis, UFSC/NUP/CED, n. 5, 2003.
- QUADROS, R. M. de; KARNOPP, L. B. **Língua de Sinais Brasileira: estudos linguísticos.** Porto Alegre: Artmed, 2004.
- QUADROS, R. M. **Educação de Surdos – Aquisição da Linguagem.** 1. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

- QUADROS, R. M. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa**. Secretaria de Educação Especial, Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos. Brasília: MEC/SEESP, 2004.
- QUADROS, R. M; KARNOPP, L. B. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- SÁ, N. R. L. **Educação de surdos: a caminho do bilinguismo**. Eduff, Niterói/RJ, 1999.
- SANTOS, M. R.. **Educação de surdos: o discurso da inclusão educacional produzido por surdos e ouvintes**. 2017. 137 f. Dissertação de mestrado em Letras e Artes. Escola Superior de Artes e Turismo, Universidade do Estado do Amazonas, Manaus/AM, 2017.
- SASSAKI, R.K. Terminologia sobre deficiência na era da inclusão. In: **Revista Nacional de Reabilitação**, São Paulo, ano V, n. 24, jan./fev. 2002, p. 6-9.
- SAUSSURE, F. de (1916). **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 2006.
- SILVA, K. V. **Dicionário de conceitos históricos**. 2.ed., 2ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2009.
- SKLIAR, C. **Um olhar sobre o nosso olhar acerca da surdez e das diferenças**. In: **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Editora Mediação, 1998. p. 7-32.
- SOUSA, Danielle Vanessa Costa et al. **O ensino de Libras para crianças ouvintes: uma pesquisa etnográfica centrada na interação em sala de aula**. 2021.
- SPINASSÉ, K. P. Os conceitos de língua materna, segunda língua e língua estrangeira e os falantes de línguas alóctones minoritárias no sul do Brasil. In: **Revista contingência**, V. 1, N. 1, Nov. 2006, p.01-10.
- STOKOE, W. C. **Sign language structure. An outline of the visual communication systems of the American deaf**. Silver Spring: Linstok Press, (1996) [1960].
- STRNADOVÁ, V. **Como é ser surdo**. Petrópolis: Babel Editora, 2000.
- STROBEL, K. L. **As Imagens do outro sobre a Cultura Surda**. Florianópolis, Ed. Da UFSC, 2008. TAVARES, R. R. (Org.). **Língua, cultura e ensino**. Maceió: EDUFAL, 2006.
- STROBEL, K. L. **Surdos: Vestígios Culturais não Registrados na História**. 2008. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.
- STROBEL, K. L; FERNANDES, S. **Aspectos linguísticos da Língua Brasileira de Sinais**. Curitiba: SEED/SUED/DEE, 1998.
- THOMA, A. da S.; LOPES, M. C. (Org.). **A Invenção da Surdez: cultura, alteridade, identidade e diferença no campo da educação**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.

VASCONCELOS, Norma Abreu e Lima Maciel de Lemos. **Inclusão e realidade: um olhar sobre a pessoa surda**. 2006. Dissertação – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006.

VELOSO, E.; MAIA FILHO, V. **Aprenda Libras com eficiência e rapidez**. Vol1. Curitiba/PR, Mãos Sinais, 2009.

VYGOTSKI, L. S. Obras Completas. **Fundamentos de Defectologia**. v. 5. La Habana: Editorial Pueblo Educación, 1989.